

# Saúde: me engana que eu gosto

16 JUL 1995  
LIMA NETTO

O GLOBO

Você sabia que o Sistema Único de Saúde (SUS) paga somente R\$ 2 para cada consulta? Você acha que um hospital, público ou privado, pode sobreviver com estes valores?

Como resultado disso ninguém desconhece a existência de um esquema de superfaturamento — o hospital faz uma consulta e cobra quatro, ou cobra uma internação — e o SUS não tem condições de controlar o sistema. Pior ainda, se o SUS aumentasse hoje os valores que paga, quem poderia garantir que não se continuaria a cobrar quatro consultas para uma?

A União repassou para a saúde, via SUS, uma média mensal de US\$ 352 milhões em 1992, US\$ 390 milhões em 93, US\$ 508 milhões em 94 e está repassando US\$ 600 milhões em 95. Isso representa um aumento real muito grande. O Governo Fernando Henrique está repassando quase 20% a mais que o último ano do Governo Itamar. Você acha que a situação da saúde melhorou? Eu acho que não.

Será que a saúde precisa de ainda mais dinheiro? Quando eu assumi a presidência da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em abril de 1990, estudos do Governo diziam que a empresa precisava de US\$ 600 milhões para começar — repito, começar — seu plano de recuperação. O Governo prometeu, e não deu nem um tostão. Mesmo assim a CSN se recuperou. Devido a esse episódio, fico céptico sempre que ouço esta conversa de necessidade de mais recursos.

É até possível que o setor precise de mais dinheiro, mas antes ele tem que usar muito mais eficientemente os recursos que já dispõe. O problema, no meu entender, não é apenas melhorar a operação do atual sistema. Temos que mudar o sistema.

Repito, temos que mudar o sistema. É muito difícil controlar um sistema tão complexo e centralizado em Brasília. Por isso sou defensor incansável da municipalização em todos os níveis, especialmente educação, saúde e ação social.

Minha proposta é simples. Se a União quer destinar mensalmente US\$ 600 milhões para o SUS, que divida este número pelas municipalidades na proporção de seus habitantes. Cada prefeito faria o melhor uso possível desses recursos para atender aos habitantes de sua cidade. Ele poderia fazer convênio de saúde com os hospitais locais, com os médicos locais, com uma outra municipalidade próxima, com o Bradesco Saúde, com a Sul-América, construir seu próprio hospital, enfim o que ele, e a Câmara de Vereadores, achar mais adequado ao seu município, que poderá ser uma solução mista, envolvendo mais de uma alternativa.

O município poderia também implantar um sistema de medicina familiar que parece ser uma alternativa extremamente interessante, em virtude dos custos cada vez mais elevados dos sistemas mais tradicionais. Para maiores informações, sugiro ao leitor um trabalho preparado pelo professor Mário Barreto Corrêa Lima, da UNI-Rio, para a Escola Superior de Guerra.

Temos que realmente municipalizar

zar a saúde como única alternativa para melhorar o sistema. O prefeito, muito mais próximo da população que os governos federal ou estadual, seria muito mais eficientemente cobrado pelo próprio eleitor. O Governo federal deveria até colocar outdoors em cada cidade dizendo isso e informando a população sobre o volume de dinheiro que estaria repassando à cidade.

É claro que este processo vai simplificar muito o complexo sistema de saúde nacional. Vai também tirar poder de muitos burocratas, e estes poderão querer se opor a estas idéias. Vão surgir várias objeções, como por exemplo:

Como definir o número de habitantes em cada município? Isto terá que ser feito com base no último censo, prejudicando algumas municipalidades com crescimento populacional recente. Estes casos poderiam ser resolvidos separadamente por uma suplementação de verba.

Como descobrir quais as pessoas que realmente moram num município, especialmente nos casos de bairros populares nas divisas? Como definir quem atende a população flutuante? Estes problemas, e vários outros que aparecerão, terão que ser resolvidos pela municipalidades, usando a regra do bom senso e da negociação entre municípios.

Sistemas perfeitos não existem. Este sistema, além de bem melhor que o atual, tem um subproduto interessante. Se o eleitor escolheu mal seu prefeito, nas próximas eleições ele pensará duas vezes antes de votar.

Lima Netto é deputado federal pelo PFL do Rio de Janeiro.